

Mulheres candidatas ao Poder Executivo estadual no processo eleitoral de 2010: perspectiva de gênero?*

Maria Beatriz Nader**

Livia de Azevedo Silveira Rangel***

No Brasil, ainda são recentes as pesquisas sobre política orientadas pela perspectiva dos estudos de gênero. A explicação primária para tal fato decorre da tradicional consideração social de que este tema é inapropriado para as mulheres. Contudo, após os anos 1970, o campo de estudos de gênero consolidou-se concomitantemente ao fortalecimento do movimento feminista no país, sendo que o conceito de gênero foi incorporado nos debates políticos eleitorais, assim como nas discussões das políticas públicas e dos programas governamentais.

Um rápido olhar sobre a história do movimento feminista, que defende a igualdade de direitos e de *status* entre homens e mulheres, remete aos estudos a respeito do forte impacto que este teve sobre as estruturas econômicas, marcadas pela divisão sexual do trabalho e as imposições dela decorrentes. No que diz respeito à política, apesar de ainda haver uma enorme distância entre homens e mulheres na ocupação do espaço público, mais precisamente nos espaços de poder da política institucional, o movimento feminista emplaca novos elementos à medida que ocorre cada eleição.

À luz de dados históricos e da utilização de informações coletadas em diferentes bancos de dados – Tribunal Superior Eleitoral (TSE), monitora-

* Este ensaio contou com a colaboração dos bolsistas do Consórcio Bertha Lutz Alexandre Pereira Faustini e Flávia Santana Rocha, respectivamente, alunos dos cursos de graduação de História e Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo.

** Doutora em História Social, professora do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, e integrante da equipe do Consórcio Bertha Lutz.

*** Mestre em História e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero – Poder e Violência, do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo.

mento do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e *blogs* e *sites* dos candidatos – este ensaio pretende identificar e mapear os caminhos percorridos pelas mulheres candidatas aos governos estaduais, no processo eleitoral de 2010, com o intuito de viabilizar suas eleições. Para tanto, serão elencados antecedentes históricos da luta feminista pelo acesso à cidadania política, assim como serão discutidas as teorias sociais que elaboraram a noção de gênero e a relação desse conceito com o perfil das candidaturas das mulheres ao Poder Executivo estadual.

Demarcando avanços: antecedentes da luta feminista

Os debates recentes, que geram polêmica e pretendem chamar a atenção para as múltiplas formas de desarticulação e de exclusão das mulheres das instâncias de poder, longe de serem pautas inéditas dos movimentos contemporâneos de mulheres militantes, reforçam e aprimoram reivindicações antigas de feministas que viveram e lutaram por seus direitos políticos, nas primeiras décadas do século XX. Para se ter uma ideia, ao longo dessa trajetória, muitos direitos foram conquistados, marcando a frequência de sucessivos – embora nem sempre estáveis – avanços no cerne das demandas feministas.

São fruto desse período, por exemplo, as leis que garantiram o acesso das mulheres à cidadania política, acrescentando à redação constitucional de 1934 o direito adquirido pelas pessoas do sexo feminino de votar e de se tornarem candidatas aos cargos eletivos. Também é resultado das primeiras ações a favor da igualdade civil e política entre homens e mulheres, a integração de preceitos jurídicos que asseguraram medidas de proteção ao trabalho feminino, como foi o caso da medida, instituída na Constituição de 1946, que afiançou às trabalhadoras gestantes o descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário. Outras evoluções, no sentido do progressivo reconhecimento dos direitos das mulheres, marcaram as várias reformas da Carta Constitucional brasileira, desde a terceira Constituição Republicana, datada de 1934, até o texto mais recente, promulgado em 1988.

No entanto, e como se sabe, existem inúmeros obstáculos que, comumente, interferem na aplicação efetiva de mudanças, que deveriam sair do papel e penetrar nas práticas sociais. São tais obstáculos que contribuem para afastar as boas expectativas – que antecedem os momentos de aprovação de leis voltadas para a equidade de gênero – das expectativas reais de transformação que essas iniciativas prometem trazer para as condições

de desigualdade em que se debatem as mulheres, seja no dia-a-dia da vida familiar, seja como sujeitos atuantes na esfera pública. A história de conquistas que permeou, portanto, todos esses anos de luta do movimento feminista, no Brasil, acumulou ainda um histórico de insucessos, que explica, em parte, a necessidade atual de reafirmação de direitos e de busca por novas frentes de atuação, com o propósito de gerar maiores oportunidades de acesso das mulheres à política formal.

Muitas questões, hoje, incorporadas às agendas de debates dos movimentos de mulheres e das organizações feministas¹ já haviam pertencido, portanto, mesmo que embrionariamente, à gama de preocupações que orientaram a luta das primeiras feministas no Brasil. Hoje, quando mulheres que ocupam a direção de vários movimentos sociais se organizam para construir bases mais sólidas de participação feminina na vida pública, mais especificamente na política institucional, elas estão, na verdade, se posicionando como herdeiras de uma luta secular, que começou no século XIX, de maneira um tanto desarticulada, e que chegou às gerações de mulheres que viveram plenamente a luta pela igualdade política formal, nas décadas de 1920 e 1930.

Mulheres como Bertha Lutz (líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino),² Carmem Portinho (engenheira e integrante da FBPF) e Carlota Pereira de Queirós (primeira deputada federal e membro da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Carta de 1934) foram grandes personalidades nesse cenário em transição. Elas estudaram cuidadosamente a elasticidade da mentalidade patriarcal que dominava a sociedade para a qual se dirigiam, de maneira a moldar suas reivindicações e metas às possibilidades daquela época. Dessa forma, o movimento feminista organizado, das primeiras décadas do século XX, concentrou-se, primordialmente, na luta pela emancipação política das mulheres, preven-

¹ Segundo Paul Singer (1981), o movimento de mulheres se distingue do movimento feminista na medida em que o primeiro não coloca em questão o modo como a mulher é inserida no contexto social e suas reivindicações são de evidente interesse para as mulheres enquanto cidadãs e mais especificamente enquanto donas-de-casa. "As lutas contra a carestia ou por escolas, creches etc., assim como por medidas específicas de proteção à mulher que trabalha interessam de perto às mulheres e é possível mesmo considerá-las reivindicações *femininas*", mas não *feministas* (SINGER, 1981, p. 116).

² Inaugurada por Bertha Lutz em 1922, a FBPF foi a associação feminista de maior prestígio no Brasil até a instalação da ditadura de Getúlio Vargas, em 1937. Durante esse período, ela pôde desenvolver suas atividades alcançando grande repercussão e um índice de aceitabilidade até então inéditos. Com o amadurecimento de suas principais metas em prol das mulheres, o corpo ideológico e institucional da FBPF incentivou a abertura de filiais por vários Estados brasileiros, como Bahia, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Pará e Espírito Santo.

do, em seguida, desdobramentos que possibilitariam o alcance de uma emancipação que fosse também social e econômica.

Acontece que as representantes do feminismo, nos primórdios do século XX, não lograram total êxito, no sentido de inaugurar dispositivos legais importantes para superar parte das mazelas que conferiam baixas expectativas de autonomia às mulheres, em virtude das condições de subalternidade a que estavam condicionadas. A conquista do voto, por exemplo, incluída no Código Eleitoral de 1932, embora tenha sido comemorada num primeiro momento, não alcançou “escala suficiente para se tornar um fator significativo no panorama político” (SINGER, 1981, p. 112). Nem as diversas medidas de proteção à mulher e, sobretudo, à mãe trabalhadora, idealizadas pela liderança feminista para adentrar na Constituição de 1934, chegaram a ser implementadas nesse momento. Ainda assim, a amplitude dos temas tratados pelo feminismo do entreguerras surpreende aqueles que compreendem esse período apenas do ponto de vista do movimento sufragista.

Para se ter uma breve noção, quando Bertha Lutz, no comando da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), lançou ao público, especialmente por meio da imprensa, suas primeiras considerações e objetivos referentes à conquista dos direitos políticos, ela já manifestava certa ansiedade também com relação ao acesso das mulheres à educação de qualidade, ao trabalho com justa remuneração, e sem discriminação por sexo, e às questões assistencialistas de proteção à maternidade e à infância. De qualquer forma, não só dentro da própria FBPF, como também fora dos limites do feminismo organizado, o universo de direitos reivindicados extrapolava a igualdade política no plano formal e adentrava questões que tocavam diretamente formas de injustiças ligadas ao gênero, como a necessidade de “regulamentação e humanização do trabalho feminino” e a “supressão das limitações impostas às mulheres casadas pelo Código Civil” (SOIHET, 2006).

Outras questões, que iam um pouco mais a fundo no debate acerca da opressão de gênero, foram tratadas por representantes do feminismo chamado de esquerda, o qual tendia a manter laços bastante estreitos com os ideários socialista, comunista ou anarquista. Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbrri foram intelectuais que assumiram posições mais radicais, explorando o tema da dominação feminina nas suas múltiplas variáveis. Suas abordagens problematizavam desde os aspectos que envolviam a reprodução e a sexualidade, passando pela defesa do amor livre, até questões pautadas especificamente nas dificuldades vividas pelas mulheres de baixa renda e no problema da prostituição.

Esses temas, embora tenham gerado certo impacto, ainda eram vistos como inoportunos, e o seu potencial polêmico blindava abordagens mais diretas que atingissem canais mais amplos da opinião pública. O consenso prevalecia ao lado das campanhas pelo sufrágio universal, que se tonificou à medida que o movimento aumentou suas bases de apoio. Assim, e como ocorreu em várias partes do mundo, durante os anos iniciais do século XX, o movimento sufragista brasileiro ganhou fôlego, adquirindo projeção acentuada diante de outras preocupações também ligadas à emancipação das mulheres.

No entanto, todas essas preocupações, que impeliram especialmente as mulheres da elite a buscar soluções práticas para as desigualdades entre os sexos, foram, em suma, as que delinearam o panorama mais amplo das manifestações feministas do início do século passado. Qualquer semelhança com os temas que mobilizam, atualmente, os movimentos feministas e de mulheres não é mera coincidência, mas fruto de um processo de transformação social que demanda soluções em longo prazo, de mudanças de conduta da mulher, do homem, enfim, de toda a sociedade, seja no plano econômico e político, seja no âmbito das relações interpessoais.

Enquanto essa reunião de fatores não intervém para a fundação de uma sociedade mais livre e igualitária, as organizações de mulheres e as entidades feministas, que hoje atuam em várias frentes de mobilização, continuam a reatualizar suas pautas de reivindicação, buscando superar vários problemas históricos que afetam diretamente as mulheres e que, desde os anos 1920 e 1930, vêm sendo assinalados e denunciados pelas feministas como os responsáveis pela tensão e pela hierarquia de gênero.³ Ainda assim, não há dúvida de que a vitória exponencial das feministas, do início do século XX, foi a conquista dos direitos políticos para as mulheres, ou seja, o seu acesso aos mecanismos de representação direta e indireta no âmbito das decisões políticas.

O triunfo da bandeira sufragista foi o primeiro passo, mas, definitivamente, não foi o último. Hoje, o grande desafio dos movimentos de mulheres com recorte feminista é o de garantir que o princípio legal da igualdade política entre os sexos seja uma experiência vivenciada na prática. Isto porque o que se verifica, nas mais recentes estatísticas, é

³ Para maiores detalhes sobre os eventos que marcaram as mobilizações feministas nas quatro primeiras décadas do século XX, há uma extensa bibliografia que pode e deve ser consultada. Neste tópico, a discussão pretendeu apenas instigar o leitor a avaliar tanto a continuidade que permeia a trajetória do movimento feminista, no Brasil, quanto a descontinuidade, que também atravessa e ajuda a fragmentar essas experiências de luta.

que as mulheres, independentemente de representarem mais da metade do eleitorado no Brasil, permanecem em minoria absoluta nos espaços formais de poder, seja no Parlamento, seja no Executivo e Judiciário – tanto nas esferas municipal e estadual, quanto na federal. Como aponta o documento intitulado *Plataforma política feminista*,⁴ as mulheres também não estão “proporcionalmente representadas nas instâncias de poder dos partidos, onde em geral ocupam as posições menos prestigiadas” (CONFERÊNCIA... 2002, p. 15-16).

Daí a importância de investigar se, paulatinamente, as mulheres estão ingressando nos espaços de poder e de decisão política, se estão ultrapassando as barreiras causadas pela falta de oportunidades e de consciência do seu potencial de atuação como sujeito político e, principalmente, se essas mulheres têm buscado alinhar aos seus roteiros de campanha e à sua trajetória pública uma agenda feminista vinculada às políticas de gênero. Mais especificamente, se esses fatores têm interferido no histórico de candidaturas de mulheres que aspiram ao Poder Executivo estadual, em particular no processo eleitoral 2010.

Teoria social do gênero: articulações críticas

Como se pretendeu mostrar até aqui, muitos avanços foram registrados nesses últimos 77 anos que marcaram as conquistas do voto pelas mulheres e do seu *status* como cidadã elegível nos processos eleitorais. Ao menos com relação à igualdade política em seu plano formal, as conquistas foram asseguradas; também no que diz respeito à igualdade jurídica, certo progresso tornou-se notável após as reformas introduzidas no Código Civil de 1962, que, entre várias modificações importantes, suprimiu “o preceito que considerava a mulher casada relativamente incapaz” (PIMENTEL, 1987, p.15). Além disso, as mulheres têm conquistado, cada vez mais, uma fatia considerável do mercado de trabalho e, atualmente, ocupam a maioria das vagas nas universidades. Entretanto, uma parcela significativa de problemas que afetam particularmente as mulheres continua em aberto. Exemplos disso podem ser recuperados tanto com as inquietações e de-

⁴ De acordo com Costa (2009), por ocasião da proximidade das eleições 2002, alguns setores do feminismo brasileiro encabeçaram uma atuação conjunta, visando garantir um compromisso por parte dos candidatos com as demandas das mulheres. Os debates travados, em mais de 26 Conferências Estaduais, ocorreram com o objetivo de construir uma Plataforma Política Feminista que pudesse fortalecer a democracia e colaborar na superação das desigualdades de gênero. Segundo essa autora, a Plataforma Política Feminista foi entregue formalmente a todos os candidatos que concorreram às eleições majoritárias e proporcionais. “A partir daí, a plataforma [...] passou a ser também o parâmetro norteador das lutas feministas” (COSTA, 2009, p. 72).

mandas que agitaram o movimento feminista, na década de 1970, quanto numa perspectiva feminista atual, que descende do redirecionamento assumido pelo movimento após a redemocratização do país.

No entanto, para se compreenderem os desafios incorporados ao ressurgimento do movimento feminista, no Brasil, nas últimas quatro décadas, e as novidades em termos de demandas, enfrentamentos e objetivos em face dos movimentos feministas precursores, é preciso delegar atenção ao uso estratégico do conceito de gênero por esses movimentos sociais.

A ideia elaborada por Paul Singer para diferenciar as orientações ideológicas adotadas pelas feministas do passado e pelas feministas contemporâneas, com relação ao papel da mulher na sociedade, pode ajudar a explicitar o potencial subversor e renovador, em termos de superação dos estereótipos de gênero, implicados no posicionamento político dos movimentos de mulheres e das entidades feministas que atuam no cenário atual.

O feminismo dos anos vinte e trinta enfatiz[ou] a *compatibilidade* entre o desempenho das funções de mãe e esposa e o exercício de atividades políticas e profissionais por parte da mulher. O feminismo atual questiona precisamente a *forma tradicional* de desempenho do papel de esposa e mãe. Não se trata mais de conquistar direitos formais mas de mudar a forma de relacionamento entre homens e mulheres, em primeiro lugar na família, mas também no trabalho e na política (SINGER, 1981, p. 112-113).

A mudança de perspectiva das últimas gerações de feministas, em comparação com as feministas de vanguarda que, por convicção ou por opção estratégica, adotaram uma postura mais conivente com relação ao ideal de domesticidade difundido pelo pensamento dominante, ilustra uma mudança não só de objetivos, mas também de conscientização de gênero. O feminismo que passa a vigorar, portanto, do final dos anos 1970 em diante é aquele que busca desalojar das concepções que regem as relações entre os sexos seu caráter “natural” ou “biológico”, privilegiando, em contrapartida, o caráter histórico, social e cultural que promove a assimetria entre “masculino” e “feminino”, ou seja, entre as identidades de gênero que prenunciam uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada (NADER, 2002).

Desse modo, um dos desafios do novo feminismo, que se articulou, principalmente, a partir de 1975, foi exatamente o de denunciar as desigualdades entre homens e mulheres a partir da perspectiva de gênero. Com base em estudos produzidos por feministas acadêmicas, as militantes do movimento de mulheres e as feministas à frente de várias organizações

redefiniram suas ações apoiadas na prerrogativa de que o gênero era o elemento constitutivo das “relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, sendo o gênero também um “primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.14).

Essa guinada no referencial teórico-ideológico do movimento feminista, que abandona certos valores tradicionais e conservadores para comprometer-se com objetivos mais concretos de libertação das mulheres, traz em seu bojo uma meta fundamental, que é a da ampliação da participação das mulheres na vida política e nos espaços de decisão. Essa prerrogativa é vista como imprescindível para a consolidação de uma sociedade democrática, no Brasil. E essa materialização da democracia, conforme apregoa as frentes de mobilização de mulheres, não será realizada sem a presença feminina nos cargos e nos postos da administração direta e indireta, bem como na sociedade organizada e nos partidos políticos (BRASIL, 2008).

Certamente, o alargamento das fronteiras do político, paralelamente ao questionamento dos seus parâmetros conceituais, possibilitou ao feminismo trazer para o espaço da discussão política questões até então vistas e tratadas como específicas do privado. Assim, “ao utilizar essa bandeira de luta (de que *o pessoal é político*), o movimento feminista chama igualmente a atenção das mulheres [e da sociedade em geral] para o caráter político da sua opressão” (COSTA, 2009, p.53), problematizando, com isso, a política e o poder, bem como a forma como ambos são exercidos. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de as mulheres conquistarem não só um enfoque particular de suas necessidades na formulação e aplicação de políticas públicas, como também, em medida semelhante, o reconhecimento da sua cidadania e do seu direito em exigir o fortalecimento de sua identidade política, em especial por meio do maior acesso das mulheres à elegibilidade, ou seja, aos espaços formais de representação política (VARIKAS, 1996, p.10-12).

Contrariando, portanto, o imaginário social que difundia a ideia de que as mulheres eram indivíduos apolíticos, os movimentos de mulheres e as militantes feministas intensificaram, durante a transição do regime autoritário para o democrático, suas práticas de mobilização, atuando como nunca no espaço da rua, nas redes não tradicionais de organização, chamando para si a responsabilidade política e a cidadania como canais prioritários no compromisso de lutar não só pela igualdade das mulheres – dentro do sistema desigual de dominação e de controle das suas práticas –, mas também pela anistia, pelo fim da repressão e pela abertura política do país. As mulheres, que eram vistas como cidadãs despolidizadas, se multiplicaram

nas fileiras dos movimentos de esquerda, nos sindicatos, nos grupos de mulheres da periferia, nas associações de mulheres trabalhadoras urbanas e rurais e nas comunidades de base da Igreja Católica (SOARES, 1994).

A partir da década de 1980, marcada pela reconstrução das instâncias da democracia liberal, ou seja, pela reorganização partidária, pelas eleições diretas para os diversos níveis e pela elaboração da nova Constituição, o movimento feminista acabou por expandir sua atuação e diversificar os espaços de militância. Logo, os partidos políticos também se transformaram em *locus* onde a participação feminina se tornava cada vez mais visível. Como resultado, o tema “mulher” tornou-se recorrente em debates e item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais, em especial dos partidos progressistas (SOARES, 1994). Nesse tocante, o feminismo trouxe para as agendas dos movimentos (pressionando também os partidos políticos) a igualdade entre os sexos na educação, o tema dos direitos reprodutivos, a discriminação no trabalho, a pobreza, o bem-estar e a violência contra a mulher, além de persistir no propósito da ampliação e da incorporação das mulheres como sujeitos ativos nas instâncias institucionais de decisão política.

Quanto a isso, uma das estratégias do movimento de mulheres e das entidades feministas, mormente dos movimentos que atuam no cenário político atual, para transformar a discrepância de representatividade política entre homens e mulheres, é a de trabalhar com o estreitamento entre os padrões que selam a inserção das mulheres na política – de forma mais saliente no Executivo, mas que atinge igualmente o Poder Legislativo⁵ – e as mediações de gênero que ajudam a definir as rotas de acesso à política institucionalizada. Aproximar os padrões que determinam a exclusão política das mulheres de uma perspectiva de gênero garante, acima de tudo, a possibilidade de as feministas dialogarem com o Estado e com os partidos políticos em termos de diferença, ainda que as propostas de superação sejam formuladas em termos de paridade, equilíbrio ou igualdade de gênero no sistema político de representação e elegibilidade.

⁵ Araújo (2005) é uma das autoras, entre as que pesquisam essa temática, que traz à tona o resultado de alguns estudos que afirmam que os sistemas proporcionais são mais favoráveis às mulheres, no sentido de que esse sistema fornece maiores chances de acesso desse grupo aos cargos legislativos. Já nos sistemas majoritários, as chances de as mulheres ascenderem na política são consideravelmente menores, e já se anunciam desde as decisões preliminares dos dirigentes partidários quanto à escolha dos candidatos que deverão representar o partido na corrida eleitoral. As razões são muitas e elas perpassam tanto por aspectos históricos da exclusão das mulheres do advento da cidadania, quanto pelas características socioeconômicas, incluindo manifestações culturais de atitudes e práticas discriminatórias.

Mapeamento das candidaturas ao Executivo estadual: considerações e resultados

Com base nos debates expostos anteriormente, ou seja, baseando-se nos pressupostos analíticos próprios de uma perspectiva de gênero e no conhecimento de algumas demandas históricas que perpassaram a trajetória do movimento feminista, no Brasil, o presente artigo trabalha apoiado num questionamento, que se impõe com o propósito de iluminar o cenário da participação das mulheres na vida política institucional do país, particularmente o perfil das candidaturas de mulheres nas eleições majoritárias para o cargo de governadoras. Enfim, até que ponto os atributos de gênero, que definem o sujeito “feminino”, transparecem nas candidaturas de mulheres que pleiteiam o maior cargo executivo dos Estados brasileiros?

Esta pergunta, independente de a análise se pautar nas eleições proporcionais ou majoritárias, expressa a preocupação em se pensar de forma mais profunda o fenômeno da mulher na política. Além disso, a pergunta também exprime uma inquietação a respeito do fazer representar transversal ao comportamento do gênero feminino nas candidaturas de mulheres. Foram tais inquietações que, em suma, motivaram a realização da presente pesquisa, a qual se debruça sobre a candidatura de mulheres ao governo estadual, no pleito de 2010.

Ao analisar essas candidaturas, no processo eleitoral 2010, a partir da perspectiva de gênero, pretendeu-se verificar em que medida o programa dessas candidatas ao cargo eletivo consistiu em iniciativas que incorporaram a perspectiva de gênero e se nele foi inserido alguma orientação capaz de romper com o padrão de desigualdade de gênero profundamente arraigado na sociedade brasileira. A análise consistiu em identificar iniciativas que indicam a incorporação da perspectiva de gênero nas campanhas, assim como um reconhecimento das diferenças das relações sociais entre os sexos, tendo como referência as informações contidas nas campanhas das mulheres candidatas ao Poder Executivo estadual.

Candidaturas na mídia: sobre a pesquisa e suas fontes

A pesquisa começou a ser organizada no final do primeiro semestre de 2010 e, de agosto a outubro desse mesmo ano, foi realizada uma sequência de estudos que sistematizaram a percepção de características de gênero nas campanhas das candidatas ao Poder Executivo de sete Estados: Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Maranhão,

Distrito Federal, Pará e Espírito Santo, apesar de neste último a candidata fugir ao critério estipulado.⁶

Foram observadas campanhas das oito mulheres candidatas ao governo estadual, todas com 5% ou mais de intenções de voto, de acordo com dados do Ibope e Datafolha. São elas: Angela Regina Heinzen Amin Helou (Partido Progressista – Santa Catarina); Ana Júlia Carepa (Partido dos Trabalhadores – Pará); Ideli Salvatti (Partido dos Trabalhadores – Santa Catarina); Rosalba Ciarlini Rosado (Partido Democratas – Rio Grande do Norte); Roseana Sarney Murad (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Maranhão); Weslian do Perpétuo Socorro Peles Roriz (Partido Social Cristão – Distrito Federal); Yeda Rorato Crusius (Partido da Social Democracia Brasileira – Rio Grande do Sul) e Brice Bragato (Partido Socialismo e Liberdade – Espírito Santo).

A pesquisa trabalhou como se todas as candidatas fossem concorrer somente a um turno, ou seja, o tratamento da pesquisa às candidaturas não apresentou diferença qualitativa. Contudo, para o segundo turno, avançaram quatro candidatas: Rosalba Ciarlini Rosado (Democratas – Rio Grande do Norte), Roseana Sarney Murad (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Maranhão), Ana Júlia Carepa (Partido dos Trabalhadores – Pará) e foi acrescentada a candidatura de Weslian do Perpétuo Socorro Peles Roriz (Partido Social Cristão – Distrito Federal), que não entrou na pesquisa do primeiro turno, por ter sido incluída no pleito às vésperas da eleição. Destas, foram eleitas somente Rosalba Ciarlini Rosado (Democratas – Rio Grande do Norte) e Roseana Sarney Murad (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Maranhão), ou seja, apenas 25% das mulheres que se candidataram ao cargo de governadora de Estado foram eleitas. Todavia, a pesquisa foi realizada com todas as candidatas, mantendo o mesmo procedimento metodológico.

Nas fontes examinadas, destacaram-se as estatísticas constantes no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as informações coletadas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e nos *blogs* e *sites* instituídos pelas próprias campanhas femininas. As estatísticas do TSE abrangem dados de campanhas políticas desde 1945 e proporcionaram um quadro de mudanças mais abrangentes do curso das campanhas

⁶ Excepcionalmente, a pesquisa monitorou o Estado do Espírito Santo, cuja candidatura de Brice Bragato (Partido Socialismo e Liberdade) ao governo do Estado permaneceu, durante toda a campanha, com menos de 5% de intenção de votos. Também no Espírito Santo foi monitorada a campanha de Rita de Cássia Paste Camata (Partido da Social Democracia Brasileira), candidata ao Senado Federal.

no país, em que se destacam alterações no perfil das últimas eleições. As informações do HGPE, resultados do monitoramento realizado pelo Consórcio Bertha Lutz durante o mesmo período da pesquisa, possibilitaram expandir horizontes e tratar o tema a partir não só dos meios de comunicação mais modernos, mas também das formas de divulgação de massa mais consolidadas e acessíveis a um espectro populacional muito maior do que os contemplados com conexão à Internet.

Contudo, como fontes de pesquisa, os *sites* e *blogs*, instrumentos utilizados pelas candidatas para levar aos eleitores informações sobre sua candidatura, foram os que proporcionaram os registros mais sistemáticos, permitindo uma incessante reorganização de informações. Ou seja, com as observações diárias dos *blogs* e *sites*, foram sistematizados dados que eram atualizados a cada nova informação, pois, além da conferência manual diária, uma boa parte dos *sites* mantinha *links* para eleitores de *feeds*, que não são necessariamente programas, mas sim uma funcionalidade dos navegadores que avisam quando há um novo conteúdo na página à qual se assinaram os *feeds*.

Os *sites* e *blogs* são hoje os recursos da *web* que mais aproximam os candidatos dos eleitores. Assim, os *blogs*, especificamente, foram utilizados pelas candidatas para difundirem suas ideias, discutirem temáticas e interagirem com o eleitorado. E essa interação foi feita por meio de *links* para contato com as candidatas ou postagens com comentários. Também foram utilizados *links* para divulgação de notícias e agenda das candidatas. Ou seja, os *links* foram largamente utilizados nas chamadas dos *sites*, como uma forma de expor anúncios para determinadas seções – na maioria das vezes informativas.

E todas as candidatas⁷ atentaram para a interatividade proposta pela Internet, inserindo canais de contato com o eleitor, informando dados a respeito de sua biografia, notícias diárias sobre a campanha, além de postar convites para que os eleitores fizessem doações,⁸ participassem dos encontros e comícios e se interessassem sobre o *jingle* de campanha. Para atrair mais os eleitores, as candidatas publicaram, em seus *blogs* e *sites*, perfis e endereços de outras mídias, tais como redes sociais, instrumentos

⁷ Somente Ana Júlia, Ideli Salvati, Roseana e Yeda Crusius possuíam *site* e *blogs* ao mesmo tempo. Angela Amin, Brice Bragato, Rosalba Ciarlini e Weslian Roriz possuíam somente *site*.

⁸ Contrariando uma aposta que vinha se anunciando após a eleição de Barack Obama nos EUA, com forte aporte de doações dos eleitores, somente 50% das candidatas apostaram nisto, ou seja, somente Brice Bragato (ES), Rosalba Ciarlini (RN), Roseana (MA) e Yeda Crusius (RS) colocaram em seus *blogs* e *sites* *links* induzindo doações de verbas para suas campanhas.

também utilizados nas campanhas, mas que não foram monitorados pela presente pesquisa. Além disso, empregaram-se muitos signos visuais nessas páginas da *web*, e entre os quais se destaca a identificação partidária. A candidata Ana Júlia (PA) usou durante grande parte da campanha a estrela vermelha do PT como logotipo do *site*, contendo em seu interior o número de sua campanha. Também Brice Bragato (ES), candidata do PSOL, e Ideli Salvati (SC), do PT, usaram o número do partido como logotipo. Já as cores da bandeira do Brasil foram utilizadas como logotipo somente por Weslian Roriz e Ideli Salvati.

As informações colhidas nesses instrumentos permitiram o preenchimento de 19 planilhas, cujos principais aspectos observados foram profissão, questão regional, militância política, pertencimento partidário, inserção em coligações, exercícios de cargos públicos, eficácia ou não do capital político acumulado, votação e colocação das candidatas pesquisadas, seu alinhamento ou não com o governo federal, sua representação quanto a interesses específicos, finalizando com as referências visuais presentes em fotos, vídeos e chamadas. Assim, juntamente com outras fontes citadas, foram obtidas informações nos diversos bancos de dados e esses seguiram um roteiro de questionamentos capaz de permitir posterior sistematização dos dados, empregando-se focos temáticos para organizar a apresentação dos resultados da pesquisa.

Viabilidade e obstáculos das candidaturas femininas

Durante a análise das principais informações sobre os perfis das candidaturas de mulheres ao cargo de governadora, nas eleições 2010, veio à tona uma série de aspectos referentes às particularidades do recrutamento eleitoral de mulheres às eleições majoritárias. Esses dados, analisados em conjunto com estudos mais amplos das rotas de acesso das mulheres à representação política, auxiliaram na percepção dos caminhos percorridos por elas, de modo a viabilizar suas candidaturas e aumentar suas chances de sucesso eleitoral. No entanto, não foi possível reunir todas as informações que seriam relevantes para remontar a trajetória biográfica das candidatas na carreira política, o que facilitaria esclarecer como essas mulheres chegaram aos partidos, quais recursos estiveram à disposição, quais redes de apoio as sustentaram, para finalmente avaliar como se tornaram potencialmente elegíveis.

Mesmo sem esses registros mais detalhados, pode-se recorrer a uma análise genérica do fenômeno que forneça explicações razoáveis para se

pensar nos fatores que interferem, definem e decidem as candidaturas de mulheres na disputa por uma representação política. Interessa, sobretudo, identificar os fatores que viabilizam ou obstaculizam o ingresso dessas novas protagonistas na elite dos cargos do Executivo. É preciso, contudo, interpretar esses dados por meio de um recorte de gênero, buscando entender em que medida as mediações do gênero interferem no processo eleitoral, inclusive na dinâmica intrínseca ao sistema partidário.

De imediato, é possível identificar uma nítida discrepância entre o número de homens e o de mulheres registrados no Tribunal Superior Eleitoral como aptos a concorrerem às eleições 2010 para o mais alto cargo do Executivo estadual. Do total das candidaturas, 89,47% pertenciam a homens e apenas 10,52% a mulheres. Esses números, por sua vez, caem para menos da metade se analisados pelo viés das candidaturas de mulheres com um potencial mais alto de elegibilidade. O abismo quantitativo de candidaturas por sexo ilustra, afinal de contas, uma dimensão histórica de exclusão das mulheres da cidadania e dos espaços de decisão política. É por conta das práticas discriminatórias que regeram, por décadas a fio, as relações de gênero que se faz necessário investigar e propor políticas de “correção” da baixa representatividade das mulheres nas instâncias de poder formal.

A política de cotas, por exemplo, tem sido uma alternativa válida, mas não decisiva. No Brasil, a adoção das políticas de cotas nos partidos políticos entrou em vigor desde as eleições de 1996, sendo implementada no sentido de colaborar com a redução da sub-representação feminina nas esferas de decisão do Estado. Contudo, por três competições eleitorais (1998, 2002 e 2006), os partidos reservaram, mas não preencheram os 30% de vagas previstos para as mulheres nas nominatas eleitorais. A adoção apenas retórica dessas medidas impulsionou uma alteração no texto da Lei de Cotas. Nas eleições de 2010, uma nova redação passou então a vigorar e nela ocorreu uma mudança quase imperceptível: a que substituiu o verbo *reservar* pelo verbo *preencher*. Essa mudança foi autorizada visando impedir possíveis manobras dos dirigentes partidários na indicação de mulheres aos cargos eletivos.

Outros estudos, que privilegiam as eleições proporcionais, podem vir a esclarecer o impacto da Lei de Cotas nas eleições 2010, de modo a averiguar não só até que ponto o valor mínimo de 30% para cada sexo foi respeitado, mas igualmente para pesar se essa política afirmativa alterou, ainda que minimamente, os resultados na competição eleitoral, elevando o número de mulheres eleitas para as Assembleias Legislativas. No caso

desta pesquisa, que lida com dados específicos das eleições majoritárias, tal elemento é irrelevante, uma vez que não existe nenhuma regra de preenchimento de candidaturas por cota para o cargo no Executivo estadual. Mesmo assim, há outros aspectos implicados na dinâmica de recrutamento eleitoral de mulheres, que devem ser considerados na identificação de padrões de gênero agindo nos critérios de indicação partidária aos principais cargos eleitorais.

Uma das variáveis que adquire força no cálculo eleitoral praticado pelos partidos, na hora de cogitar a possibilidade de incluir mulheres na lista de seus candidatos ao governo estadual, refere-se ao currículo político dessas possíveis concorrentes. O fato de já terem cumprido mandatos, seja no Legislativo ou no Executivo, interfere positivamente no estudo dessas candidaturas (ARAÚJO, 2005). A experiência em cargos eletivos aparece então como um pré-requisito de significativa importância, o qual ajuda a medir o potencial de elegibilidade das mulheres aspirantes aos governos estaduais. No caso das oito candidatas que concorreram ao Executivo estadual, nas eleições 2010, e que tiveram os perfis de suas candidaturas analisados por esta pesquisa, três estavam concorrendo à reeleição, ou seja, 37,5% delas já haviam sido governadoras, um número proporcionalmente equivalente ao de candidatos homens que também concorriam à reeleição (dois, contra oito que nunca ocuparam este cargo).

Tão expressivo quanto o percentual de reeleições, dentro da realidade de exclusão massiva das mulheres das instâncias de poder, é o número de mandatos eletivos no Legislativo cumpridos por essas candidatas. Isso implica dizer que essas mulheres detêm uma carreira política, conhecem a máquina estatal e dominam as regras do jogo político, o que as qualifica a assumirem uma candidatura de abrangência em seus Estados de origem. O Quadro 1 elenca os cargos eletivos já ocupados pelas oito candidatas aqui estudadas. Como se pode observar, com exceção de Weslian Roriz, todas as demais cumpriram, em algum momento de suas carreiras políticas, um ou mais mandatos no Legislativo, seja como deputadas federais, estaduais, vereadoras ou senadoras.

Além desse fator, que interfere favoravelmente na indicação de mulheres às eleições para o governo do Estado, outras razões também concorrem para a viabilidade ou obstrução dessas candidaturas. Em breves linhas, um arranjo político-eleitoral que beneficie as candidaturas de mulheres depende ainda de sólidas bases eleitorais e de uma estrutura de campanha disposta a garantir os recursos financeiros e a cronometragem justa de apresentação dentro das propagandas eleitorais, o que resulta na neces-

cidade de uma reserva específica do fundo partidário para as mulheres que se encontram em disputa na corrida eleitoral.

Quadro 1
Cargos eletivos já ocupados pelas candidatas ao governo dos Estados nas eleições de 2010

Cargos eletivos	Candidatas
Deputada federal	Angela Amin, Ana Julia, Ideli Salvati, Roseana Sarney e Yeda Crusius
Senadora	Ana Julia, Ideli Salvati, Rosalba Ciarlini e Roseana Sarney
Prefeita	Angela Amin e Rosalba Ciarlini
Deputada estadual	Brice Bragato
Vereadora	Angela Amin, Ana Julia e Brice Bragato
Governadora	Ana Julia, Roseana Sarney e Yeda Crusius

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Esses também costumam ser os principais fatores que colaboram no sucesso ou no insucesso das campanhas de mulheres, as quais, de acordo com vários estudos (ARAÚJO, 2005; ÁLVARES, 20087), encontram-se em franca desvantagem diante da distribuição dos recursos partidários. Embora esses sejam elementos determinantes, a dimensão multicausal, com relação ao sucesso ou ao fracasso dessas candidaturas, é o que predomina, uma vez que esses resultados assumem uma perspectiva de gênero que perpassa não só os capitais político e financeiro, incluindo as redes de apoio, mas também o monitoramento do conteúdo dos discursos e dos materiais de campanha, de modo a relacionar os temas com as chances e o perfil de quem esteve na disputa.

“Atributos” biográficos e abordagens temáticas: mediações de gênero

Partindo do pressuposto de que a trajetória de vida não está isenta da questão de gênero, apesar de as mulheres estarem inseridas no mercado de trabalho e já não dependerem dos homens, econômica e culturalmente, como outrora, a pesquisa observou questões relativas às características de gênero na apresentação da vida pessoal das oito candidatas aos governos de Estados brasileiros nas campanhas políticas.

O primeiro foco temático estudado foi sobre a trajetória de vida das candidatas, uma vez que se entende que a biografia de uma pessoa e sua importância em se fazer conhecer, notadamente na política, mostram elementos escolhidos da privacidade do indivíduo. Assim, observou-se que

a biografia, por ser um gesto poderoso de sedução e traduzir o desejo de atender, com traços idealistas, a manutenção de componentes subjetivos sociais, se mostrou ligada aos interesses das candidatas em relação ao público que queriam atingir. Pelo Quadro 2, vê-se que, na apresentação de quesitos relacionados à vida pessoal das candidatas, é instaurado um campo de reinvenção identitária, movendo um processo de reconhecimento e identificação com o gênero feminino para chamar os eleitores à tomada de decisão na hora do voto.

Quadro 2
Quesitos pessoais mencionados pelas candidatas ao governo dos Estados nas eleições de 2010

Aspectos da vida pessoal das candidatas	Candidatas
Infância	Ana Julia, Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati, Roseana Sarney e Weslian Roriz
Juventude	Ana Julia, Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati, Roseana Sarney e Weslian Roriz
Escolaridade	Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati, Rosalba Ciarlini, Roseana Sarney e Weslian Roriz
Profissão	Ana Julia, Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati, Roseana Sarney e Yeda Crusius
Filhos/netos	Brice Bragato, Ideli Salvati, Weslian Roriz e Rosalba Ciarlini
Casamento	Brice Bragato, Ideli Salvati, Weslian Roriz e Angela Amin
Religião	Weslian Roriz

Fonte: *Blogs e sites* das candidatas.

No tocante à infância, Ana Julia informa que foi a primeira menina de sete irmãos e que se recorda da prisão do pai pelos militares. Brice Bragato, por sua vez, informa que passou grande parte da infância trabalhando na roça com seus pais e que teve de trabalhar como doméstica em casa de família, em troca das despesas e da hospedagem para estudar, diferentemente de Roseana Sarney, que mostra ter tido uma infância confortável. Além disso, Roseana menciona que na juventude estudou na Europa. A paulista Ideli Salvati declara que se casou duas vezes, enquanto Weslian Roriz diz como conheceu seu único marido, aos 17 anos de idade. Angela Amim, Yeda Crusius e Rosalba não fazem referências às suas vidas durante a infância e a juventude.

Em se tratando do papel social feminino, por mais que as mulheres tenham conquistado espaços no mercado de trabalho e na política, a socie-

dade ainda espera que realizem ações que as diferenciem e as conduzam sempre à família, lugar que a história indicou como espaço social feminino. Por isso, em relação aos aspectos de vida das candidatas, observa-se que exatamente 50% delas abordaram o casamento e a maternidade, fenômenos que nossa sociedade falocrática considera tipicamente femininos, como se mulher somente se casasse com mulher e toda a gravidez e maternidade envolvessem somente mulheres.

Observa-se, contudo, que no HGPE a referência a casamento e maternidade apareceu somente duas vezes. Além disso, nos *blogs* não foram as mesmas candidatas que trataram esse tema. Embora se envolvendo com a política, é possível observar como a vida da mulher ainda está interligada à família, aos códigos sociais de valores e de comportamentos femininos presentes na sociedade brasileira. A persistência de determinados valores a respeito do comportamento “ideal” de uma mulher está presente na fala da metade das mulheres sujeitos desta pesquisa. Tal fato, embora em aparente contradição com as transformações sociais, reforça outra face do processo de mudança nas características de gênero: apesar do que se convencionou a chamar de libertação feminina, ainda encontram-se nas falas femininas os valores tradicionalmente atribuídos às mulheres. Mesmo sendo detentoras de uma autonomia econômica e emocional, elas ainda manifestam comportamentos e conceitos arraigados no imaginário social, conforme se pode observar no levantamento efetuado. É a partir destas constatações que este trabalho pode ser pensado.

Em função disso, constata-se que o tradicional papel feminino de protegida, primeiro pelo pai e depois pelo marido, passa a assumir um novo caráter quando a mulher se insere na política: ela já não tem mais a obrigação primária de organizar sua vida em torno das atividades domésticas e da maternidade, e o interesse de ter uma formação qualificada e de se engajar numa profissão é uma característica que surge no comportamento e nas atitudes dessas mulheres. Por outro lado, verifica-se, também, que a força dos valores propagados pelas instituições moralizantes ainda está presente no discurso das candidatas pesquisadas, principalmente quando tratam de sua prática cotidiana.

Um exemplo que pode ser considerado em desacordo é o fato de o tema “maternidade” ter sido tratado somente por 50% das candidatas nos *blogs* e citado apenas duas vezes no HGPE. Como nos *blogs* não foram as mesmas mulheres que abordaram casamento e maternidade, observa-se que 62,5% das candidatas mencionaram esses temas. Tais dados permitem a dedução de que mais da metade das mulheres candidatas aos governos

estaduais, ao se colocarem diante de seu eleitorado, compõem sua imagem com base na representação do casamento e da maternidade, buscando corresponder, com isso, às expectativas de uma parcela considerável da sociedade que ainda associa a mulher a um papel social voltado para a família e as funções que regem a vida privada. Nesse sentido, as candidatas coadunam com os mecanismos de perpetuação das hierarquias de gênero e, no uso da mídia eletrônica ou da televisão, reproduzem visões da realidade social que, nas palavras de Miguel e Biroli (2009, p. 64),

Tendem a naturalizar [...] a confirmação do “pertencimento” de mulheres e homens a temas e funções vinculados à esfera pública ou à privada, de acordo com as definições e relações historicamente definidas para essas esferas, é uma confirmação prospectiva [...] no sentido de que, ao “constatar” a realidade presente, potencializa sua realização no futuro, isto é, sua permanência.

Exemplos dessa natureza podem ser encontrados nas biografias de Brice Bragato, Ideli Salvati, Weslian Roriz e Rosalba Ciarlini, que fazem referência ao fato de já terem filhos, provavelmente para gerar empatia no eleitorado, e também enfatizam sua condição de esposas. Assim, é possível fazer outras duas inferências sobre o fato de as candidatas utilizarem em seus discursos a maternidade e o casamento: primeiro, por talvez ainda prevalecer a importância de mostrar que a mulher faz parte de uma família bem estruturada; e, segundo, porque a campanha política de uma mulher precisa provar e reforçar, junto aos eleitores mais conservadores, que, além de candidata, ela representa bem o papel que a sociedade espera dela, ou seja, ser esposa e mãe.

Isso lembra a citação de Bertha Lutz, em seu texto “A emancipação política feminina e o papel da mulher no lar”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 19 de fevereiro de 1929:

A dilatação da esfera de atividade feminina, para abranger os direitos e deveres de cidadania, não é [...] incompatível com as funções próprias da mulher. O fato de ser eleitora, de comparecer de tres em tres, de dois em dois, ou de ano em ano às eleições, não impede a mulher de ser boa esposa e mãe...

Este reconhecimento do papel social feminino também está presente na fala das candidatas quando essas referem-se à profissão que desenvolvem. Nos *blogs*, sete candidatas se apresentaram como profissionais inseridas no mercado de trabalho, sendo que Angela Amin mencionou ser professora e funcionária pública. Somente Weslian Roriz

informou não desenvolver nenhuma atividade fora do lar, conforme se vê no Quadro 3.

Quadro 3
Profissões declaradas pelas candidatas ao governo dos Estados nas eleições de 2010

Profissão	Candidatas
Professora	Angela Amin e Ideli Salvati
Socióloga	Roseana Sarney e Yeda Crusius
Funcionária pública	Angela Amin e Brice Bragato
Médica	Rosalba Ciarlini
Do lar	Weslián Roriz
Arquiteta	Ana Julia

Fonte: *Blogs e sites* das candidatas.

Os dados expostos chamam atenção por enunciarem profissões que se aproximam daquelas consideradas tipicamente femininas e que são apontadas pelas candidatas como ramos profissionais em que atuam, ou seja, informam que desenvolvem atividades *naturalmente femininas* e aceitas pelos padrões culturais que determinam e consideram que as profissões das mulheres devem ser relacionadas com a reprodução dos afazeres desenvolvidos dentro da unidade doméstica, quais sejam: cuidado com a saúde, a educação, o envolvimento social e comunitário.

O segundo foco temático, que debate sobre temas políticos, reforça aquelas afirmativas, quando se observam as proposições tratadas pelas oito candidatas nos *blogs* e no HGPE, notadamente no que diz respeito à saúde e à educação. Entre os 27 temas que foram monitorados durante o HGPE, a saúde tornou-se a questão dominante por mais de dez vezes e foi citada 41 vezes. A educação, durante o HGPE, foi também mencionada 41 vezes e foi por mais vezes considerada o tema dominante dos programas. Nos *blogs*, contudo, somente o de Ana Julia abordou a saúde e os de Ideli Salvati, Roseana Sarney e Yeda Crusius referiram-se à educação como um tema dominante a ser tratado.

Ainda outras questões foram discutidas pelas candidatas nos *blogs* e no HGPE, destacando-se, nas páginas da Internet, infraestrutura (Ana Júlia, Ideli Salvati e Yeda Crusius), economia (Ana Júlia, Ideli Salvati e Yeda Crusius), segurança pública (Ana Júlia, Ideli Salvati e Yeda Crusius), emprego (Ana Júlia e Ideli Salvati) e legislação em geral (Ideli Salvati e Yeda Crusius).

Esporte, cultura, lazer e combate à corrupção foram tratados somente por Yeda Crusius. Roseana Sarney e Ana Julia foram as únicas candidatas que abordaram a participação feminina na economia e na política.

Nenhuma candidata citou os assuntos criança, direitos e violência contra a mulher, nos *blogs* e no HGPE, sendo que neste último o tema família foi discutido seis vezes, mas em nenhum momento foi tratado como questão dominante de debate. A desigualdade de gênero e a violência contra a mulher foram citadas somente uma vez no HGPE.

Ainda foram feitos discursos políticos sobre as realizações das candidatas. Ana Júlia, Roseana Sarney e Yeda Crusius referiram-se ao “*já fizeram pelo povo*”, como obras, leis e programas governamentais, principalmente porque já foram governadoras, respectivamente, do Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul. Mas, essas três candidatas também já foram deputadas federais, assim como Ideli Salvati e Angela Amin, ou seja, mais de 50% das candidatas passaram pelo plenário da Câmara dos Deputados.

Contudo, a candidata com mais experiência na vida pública em cargos eletivos é Roseana Sarney, que ainda destaca, em seu *blog* e *site*, que também ocupou cargos públicos não eletivos. Ou seja, a experiência das candidatas pesquisadas é maior na competição legislativa do que na executiva, principalmente em relação aos altos cargos desse último poder.

Assim, observa-se que todos os cargos eletivos de nosso país já tiveram, entre os representantes, as candidatas pesquisadas e quase a totalidade das candidatas ao governo dos Estados brasileiros, em algum momento de sua vida política, passaram pelo Poder Legislativo. Somente Weslian Roriz, do Distrito Federal, nunca havia concorrido a cargo eletivo.

O terceiro foco temático da pesquisa diz respeito à forma como as candidatas utilizaram suas fontes de informação. Ana Júlia, Ideli Salvati, Roseana Sarney e Yeda Crusius utilizaram seus *blogs* apenas como recurso para postar vídeos caseiros sobre sua vida pessoal ou até mesmo fotos da campanha. Como os *blogs* são sítios usados para mostrar o lado mais humano das candidatas, não houve muita interação, nem contraditório nos documentários e nenhum *post* motivado pelos comentários dos visitantes, a não ser agradecimentos por apoio nos *posts* referentes aos resultados das eleições. Contudo, nos *sites* oficiais de candidatura, todas as oito apresentaram seu perfil no tocante à vida pessoal, trataram dos atributos dominantes, dos programas dos partidos, de seus próprios programas de governo e sobre sua trajetória política, uma vez que os *sites* são sítios da *web* mais oficiais e propagandísticos. No HGPE, por sua vez, foram observados vários indicativos de referências visuais, bem como técnicas

empregadas para divulgação de informações das campanhas, tais como 86 locações dentro do estúdio e 56 locações feitas em área externa.

As fotos publicadas nos *blogs* e *sites* também foram produzidas nas mais variadas locações possíveis e todas as candidatas tiveram a predileção por postar imagens delas sozinhas, embora apareçam, em muitas fotos, ao lado de seus eleitores e de outros políticos. Ana Julia, Ideli Salvati e Weslian Roriz postaram muitas fotos com as candidatas à Presidência da República.

O Quadro 4 apresenta as principais referências visuais de campanha das oito candidatas pesquisadas, observadas em seus *blogs* e *sites*.

Quadro 4
Referências visuais nas campanhas das candidatas ao governo dos Estados nas eleições de 2010

Pessoas que aparecem nas fotos e vídeos	Candidatas
Políticos	Ana Julia, Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati, Rosalba Ciarlini, Roseana Sarney, Weslian Roriz e Yeda Crusius
Sozinha	Ana Julia, Angela Amin, Brice Bragato, Rosalba Ciarlini, Roseana Sarney, Weslian Roriz e Yeda Crusius
Populares	Ana Julia, Brice Bragato, Ideli Salvati, Rosalba Ciarlini, Weslian Roriz e Yeda Crusius
Líderes sociais	Ana Julia, Brice Bragato, Ideli Salvati, Rosalba Ciarlini, Weslian Roriz e Yeda Crusius
Eleitores	Ana Julia, Brice Bragato, Ideli Salvati, Roseana Sarney e Weslian Roriz
Candidata à Presidência	Ana Julia, Ideli Salvati e Weslian Roriz.
Lideranças religiosas	Weslian Roriz
Líder partidário	Rosalba Ciarlini, Weslian Roriz e Yeda Crusius.
Candidatos ao Senado	Ana Julia
Parentes	Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati e Weslian Roriz.
Presidente Lula	Ana Julia e Ideli Salvati
Prefeitos	Yeda Crusius
Políticos parentes	Weslian Roriz
Liderança feminista	Nenhuma candidata

Fonte: *Blogs* e *sites* das candidatas.

Chama atenção que nenhuma candidata postou foto ou vídeo com lideranças feministas, mas 50% delas postaram foto com a família: Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati e Weslian Roriz.

Dois terços das candidatas utilizaram vídeos para realização de entrevistas com pessoas do povo e todas exibiram locações fazendo caminhadas nas ruas e em comícios e reuniões políticas. Além de seus discursos gravados em estúdio, elas optaram por focalizar bastante sua “conexão” com o povo, seja gravando tomadas na rua, com os populares, seja em entrevistas em estúdios, que normalmente exaltam o candidato, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5
Locação de vídeos das candidatas ao governo dos Estados nas eleições de 2010

Locais de gravação dos vídeos	Candidatas
Rua	Ana Julia, Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati, Rosalba Ciarlini, Roseana Sarney, Weslian Roriz e Yeda Crusius
Reunião política	Ana Julia, Angela Amin, Brice Bragato, Ideli Salvati, Rosalba Ciarlini, Weslian Roriz e Yeda Crusius
Comício	Ana Julia, Brice Bragato, Ideli Salvati, Rosalba Ciarlini, Roseana Sarney, Weslian Roriz e Yeda Crusius
Estúdio	Ana Julia, Brice Bragato, Ideli Salvati, Ideli Salvati, Weslian Roriz e Yeda Crusius

Fonte: *Blogs e sites* das candidatas.

Comparando esses dados com as referências visuais da campanha ao governo de Estado feita no HGPE, observou-se que, enquanto nos *sites* apenas Rosalba Ciarlini usou a cor rosa, na TV apareceram nove vezes símbolos do sexo feminino junto com aquela cor. Além disso, foram levadas ao ar 39 vezes a identificação partidária das candidatas, 64 vezes a sigla do partido e 73 vezes a vinheta de abertura do programa. Por outro lado, não há registro da presença de nenhuma celebridade, de políticos parentes, nem do uso de símbolos religiosos.

Outro item que chama atenção nos *blogs e sites* refere-se ao programa de partido e ao próprio programa da candidata. Com exceção de Brice Bragato, que apresentou programa do PSOL, nenhuma candidata postou programa de partido, mas sete exibiram seus próprios programas. Isso mostra o pequeno envolvimento das candidatas com a ideologia do partido, podendo revelar um laço frouxo entre essas mulheres e suas agremiações, até mesmo porque apenas uma candidata ressaltou sua militância partidária, enquanto mais da metade deu algum destaque à sua militância na política.

Eleições 2010 em comparação com as eleições 2002 e 2006

O propósito derradeiro da presente pesquisa é avaliar se houve, no pleito de 2010, em relação às duas eleições anteriores, avanço ou recuo no percentual de mulheres eleitas ao governo do Estado. A importância de verificar em que medida houve evolução ou retraimento desse número pode ser equiparada à relevância de medir se os esforços dos movimentos de mulheres e das entidades feministas têm surtido efeito prático na busca pela ampliação da cidadania eleitoral das mulheres, com a demanda pela igualdade de acesso ao processo decisório das instâncias formais de poder.

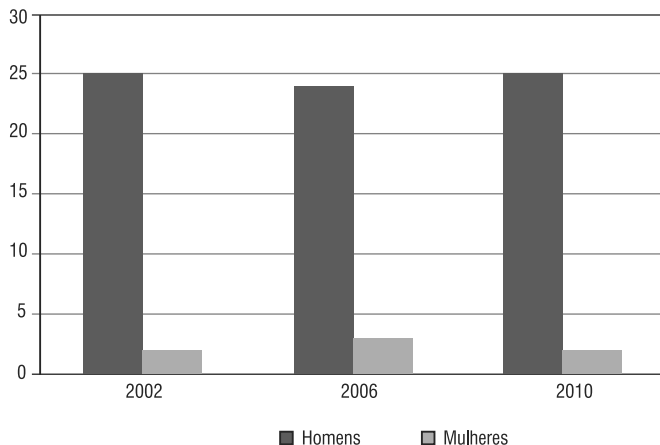
Vale lembrar, para uma análise o menos simplória possível dos dados, que é relativamente recente, no Brasil, o evento que registra mulheres como ocupantes eleitas do maior cargo executivo do governo de um Estado. Roseana Sarney, herdeira de uma das famílias mais poderosas do Nordeste, foi a primeira mulher a ser eleita governadora. Sua posse ocorreu em 1994, no Maranhão. Segundo dados fornecidos pelo *site* do Tribunal Superior Eleitoral, embora Roseana Sarney tenha sido a única candidata eleita, outras 12 mulheres se candidataram, em várias regiões do país, ao mesmo cargo. Ao menos três delas detinham um forte potencial competitivo e chegaram ao final do 2º turno com mais de 40% dos votos: Lucia Vania, de Goiás; Antonia Navarro, da Paraíba, e Angela Amin, de Santa Catarina. Com base nas informações obtidas, duas eleições mais tarde não houve avanços expressivos no percentual de candidatas e tampouco de eleitas.

Nas eleições 2002, do total de candidatos ao governo do Estado, 9,85% eram mulheres, saindo da disputa eleitoral apenas duas governadoras eleitas. Esse resultado representa um avanço, se comparado aos pleitos de 1994 e 1998. Já em 2006, o percentual demonstra um pequeno aumento, significativo, porém bastante insatisfatório. Das 26 mulheres candidatas aos governos estaduais, que representavam 12,68% do total das candidaturas para o cargo, três se elegeram: Ana Julia Vasconcelos Carepa, do Pará; Wilma Maria de Faria, do Rio Grande do Norte, e Yeda Rorato Crusius, do Rio Grande do Sul. O Gráfico 1 ilustra essas proporções, incluindo os resultados das eleições 2010.

Com relação à disputa eleitoral de 2010, o número de candidaturas femininas sofreu um decréscimo considerável, quando 18 mulheres concorreram ao cargo de governadoras e apenas duas se elegeram. Mas, afinal de contas, o que tais dados representam? Matematicamente, eles apenas enfocam uma não progressão, ou em outras palavras, um padrão não evo-

lutivo das candidaturas e do sucesso eleitoral das mulheres candidatas ao cargo de governadoras. Politicamente, sugerem sérias defasagens quanto à participação, inclusão e representação feminina nos espaços públicos de decisão, ou seja, nas instâncias de poder que conformam a política, em sua natureza formal. Enfim, apontam para índices que problematizam não só a baixa representatividade das mulheres na política, mas também os padrões de invisibilidade impostos a essa parcela da população pelas relações desiguais de gênero, que contribuem para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na disputa e na conquista efetiva por uma maior inserção na cidadania política.

Gráfico 1
Candidatos eleitos para o governo do Estado, por sexo
Brasil – 2002, 2006 e 2010



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Considerações finais

Como pôde ser observado ao longo das discussões levantadas na presente pesquisa, o cenário político brasileiro, em pleno século XXI, ainda se encontra caracterizado como um espaço de participação limitada, em que somente indivíduos historicamente situados como sujeitos políticos conseguem reunir recursos suficientes e imediatos para se inserirem nas instâncias formais de poder (são esses sujeitos predominantemente masculinos, instruídos e brancos). Enquanto isso, a outra parcela da sociedade, composta por minorias sociais, se mantém atrelada a sérias situações de

exclusão. As mulheres, por exemplo, à revelia da obtenção do direito de voto e de elegibilidade, continuam ocupando uma parcela muito reduzida das posições de poder e essa marginalidade não é nada mais nada menos do que um dos reflexos do sintoma da sua exclusão, das restrições e dos constrangimentos que têm cerceado suas aptidões não só para atuarem na vida política e no mundo do trabalho, mas também nas várias esferas em que se faz necessária sua ampla participação.

Uma face dessa problemática foi particularmente tratada neste artigo, a que se refere à presença e/ou ausência das mulheres na vida política institucional. De acordo com os propósitos delineados, o estudo se fez com base na localização dessa participação em termos de desigualdades e especificidades de gênero, recorte que possibilitou alterar algumas interpretações que têm por tradição ignorar esses referenciais nas disputas por domínio no campo político. Os resultados apresentados sustentam algumas observações muito relevantes acerca da relação entre as candidaturas de mulheres ao cargo de governadoras e os padrões de gênero que possivelmente ajudaram a diferenciá-las no interior do processo eleitoral.

No caso das candidaturas femininas ao Executivo estadual, o constatado desalinhamento político e ideológico das candidatas com os movimentos feministas não implica necessariamente afirmar que essas candidaturas tenham ficado à margem dos programas e metas encabeçados pelas feministas com vistas a alterar o quadro da baixa participação das mulheres na vida política. O não compromisso com um tipo de agenda que fosse favorável à maior equidade de gênero e à superação das desigualdades entre os sexos, antes de ser uma escolha, se impõe de forma muito mais contundente como uma estratégia própria que envolve as candidaturas majoritárias, em especial as que visam o Executivo estadual. Demonstrar maior proximidade com um determinado segmento da sociedade, no caso as mulheres, em detrimento do montante da população, pode gerar efeitos indesejados, já que é mais comum o tratamento amplo e indiscriminado dos temas entre os candidatos ao governo estadual, independente de serem homens ou mulheres.

De maneira similar, a pesquisa constatou que as oito mulheres candidatas ao cargo de governadoras construíram suas identidades políticas, em muitos momentos, com base nas imagens normativas de gênero. O uso das atribuições domésticas, que se desdobram no papel materno, nos afazeres como donas de casa e nas funções de esposa, surge como fórmula elementar que resume todas as supostas vantagens adjacentes às experiências femininas e que podem ser aproveitadas na política.

Curiosamente, a preocupação de moldar sua imagem política a referências concretas da vida privada e a regras morais de decoro e dedicação na vida familiar não é traduzida em preocupações equivalentes no que se refere aos temas políticos de interesse particular das mulheres. Longe dos nichos temáticos que realmente interferem na vida das mulheres, como aqueles que tratam da violência de gênero ou do fim da divisão sexual do trabalho, as candidatas mostram um perfil de preferências temáticas similares aos dos homens, o que estimula a pensar sobre os múltiplos percalços que ainda cercam a conquista de uma representação política que seja definitiva para as mulheres, inclusive capacitando-as a enfrentar os estereótipos de gênero.

Referências

ÁLVARES, M. L. M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Conselho Nacional de Direitos da Mulher. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008.

CONFERÊNCIA Nacional de Mulheres Brasileiras, 2002, Brasília. **Plataforma Política Feminista**. Brasília, jun. 2002.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H. P. de; PISCITELLI, A.; MALUF, S. W.; PUGA, V. L. (Orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação, Unesco, 2009, p. 51-81.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

HAHNER, J. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, v. 15, n. 1, p. 55-81, 2009.

NADER, M. B. A condição masculina na sociedade. **Revista Dimensões**, Vitória, Ufes, n. 14, p. 461-480, 2002.

PIMENTEL, S. **A mulher e a Constituinte**. São Paulo: Cortez, Educ, 1987.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHPUN, M. R. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. **Cadernos Pagu**, v. 12, p. 331-377, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SINGER, P. O feminino e o feminismo. In: BRANDT, V. C.; SINGER, P. (Orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 109-141.

SOARES, V. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 2, p. 11-24, jul./dez. 1994.

VARIKAS, E. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-80, 1996.